

Propostas de jovens para a melhoria da proposta do Fundo Soberano de Moçambique

A descoberta de uma das maiores reservas de gás natural no mundo, na bacia do Rovuma, fez de Moçambique um dos destinos mais importantes do capital financeiro internacional. Em 2014, Moçambique tornou-se o maior receptor de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em África¹, o que levou algumas pessoas a acreditarem que seria o Qatar de África².

O desenvolvimento dos projectos da bacia do Rovuma poderá significar novos desafios relacionados com a gestão macroeconómica e financeira, como o de maximização dos ganhos decorrentes das receitas do gás natural e de desenvolver instituições funcionais e transparentes³.

O Banco de Moçambique (BM) organizou, em Março de 2019, um seminário internacional sobre fundos soberanos, em parceria com o



ROSA MONDLANE - Economista da Associação de Jovens Economistas de Moçambique (AJECOM)



STIVEN FERRÃO - Activista da AAAJC e da Plataforma da Indústria Extractiva (PIE)



CREMILDO ARMANDO - Coordenador da Rede Temática Provincial da Indústria Extractiva de Inhambane



DIMAS SINOIA - Presidente do Núcleo de Estudantes da Faculdade de Economia (UEM) e Assistente de Pesquisa no CDD

1 <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Fundo-soberano-para-estabilizar-a-economia-e-catalisar-a-boagovernar%C3%A7%C3%A3o-e-transpar%C3%Aancia-fiscal.pdf>

2 Maputo acolheu a Conferência Africa Rising, organizada pelo FMI, onde a então Directora-geral da instituição, Christine Lagarde, disse que Moçambique seria o próximo "Qatar de África".

3 https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2020/10/pt_762_proposta-de-modelo-de-fundo-soberano_verso-final.pdf

Fundo Monetário Internacional (FMI), de onde se concluiu que Moçambique deve criar um Fundo Soberano (FS) para gerir receitas dos recursos naturais não renováveis⁴. A proposta do FS foi recentemente divulgada pelo BM⁵, após sucessivas intervenções da sociedade civil moçambicana, em particular o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), que exigia maior abertura e transparência no processo.

É neste contexto que o CDD, através do programa Jovens em Acção, organizou, no dia 28 de Outubro, um debate online para discutir a proposta do modelo de FS para Moçambique apresentado pelo BM.

Falando no programa, Dimas Sinóia, Presidente do Núcleo dos Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (NEFE-UEM) e Assistente de Pesquisa no CDD,

começou por dizer que o FS seria uma instituição estatal estabelecida para gerir as receitas advindas da exploração dos recursos naturais para a estabilização da economia, poupança e desenvolvimento económico do país. “Para o caso de Moçambique, o BM estabelece que das receitas de exploração dos recursos, 50% do valor será encaminhado ao Fundo e outros 50% para o Orçamento do Estado”.

Por sua vez, Rosa Mondlane, jovem e membro da Associação de Jovens Economistas de Moçambique (AJECOM), referiu que o FS é mais do que um cofre destinado a guardar dinheiro da exploração das receitas dos recursos naturais no país. “O conceito de Fundo Soberano surge para salvaguardar a riqueza do País. O fundo serve para produzir riqueza, tanto para as gerações actuais como para as gerações vindouras”, acrescentou.

Quem realmente se beneficiará das receitas do Fundo Soberano?

Falando a partir de Inhambane, Cremildo Armando, Coordenador da Rede Temática Provincial da Indústria Extractiva, começou por dizer que a forma como o Estado tem gerido a coisa pública suscita dúvidas sobre a gestão do futuro FS. “Quando observamos algumas literaturas, notamos com muita insatisfação que muitos países africanos falharam nesta experiência”, pelo que questionou: “Será que Moçambique está preparado para ter um fundo desta dimensão? Será que temos instituições credíveis com vista a gerir, da melhor forma, estes fundos resultantes da exploração dos recursos naturais?”

Cremildo Armando lembrou que a exploração dos recursos naturais deveria beneficiar, em primeiro lugar, as comunidades. “Por exemplo, se visitarmos os distritos de Inhassoro, Vilankulos e Govuro, não há muita diferença com outros distritos onde não há exploração de recursos. Há comunidades que ainda percorrem mais de 20 quilómetros em busca de água potável, outras percorrem mais de 15 quilómetros para obter cuidados básicos para a saúde. Mas temos a sasol que explora gás natural há mais de uma

década. Isto mostra que a exploração de recursos naturais, em si, não traz desenvolvimento. A exploração deve ser acompanhada por boas políticas e uma boa gestão das receitas”, acrescentou Armando.

Neste sentido, espera-se que o Governo “defina formas e mecanismos mais transparentes de gestão destes valores que, na verdade, pertencem a todos moçambicanos”. “Se olharmos para experiências actuais dos regulamentos sobre a partilha dos benefícios provenientes da exploração dos recursos naturais, existem muitas lacunas. Por exemplo, sobre os 2.75% destinados às comunidades locais, não se sabe quem define os critérios de alocação e as prioridades de aplicação destes valores”, disse.

Stiven Ferrão, activista da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) e da Plataforma da Indústria Extractiva (PIE), defendeu que o o FS deve ser um mecanismo que vem melhorar a redistribuição da riqueza resultante da exploração dos recursos naturais. Por exemplo, nos últimos anos o Governo recebeu

4 Idem

5 <https://www.diarioeconomico.co.mz/2020/10/14/mocambique-publica-o-modelo-do-futuro-fundo-soberano-leia-aqui-o-documento-completo/>

valores referentes ao pagamento de mais-valias ligados aos projectos de exploração de hidrocarbonetos em Cabo Delgado. Mas os valores foram canalizados para o pagamento das despesas dos órgãos eleitorais em detrimento das comunidades locais que sofrem dos impactos da indústria extractiva e da presença das multinacionais.

O activista da AAAJC lembrou que, ao contrário do que se espera, os projectos de exploração de hidrocarbonetos e minerais não empregam muita mão-de-obra. Por isso, defende Stiven Ferrão, o FS deve ser um instrumento que ajude o Governo a gerir melhor as receitas do gás, com transparência e prestação de informação.

Governança⁶, transparência e áreas de canalização dos investimentos do Fundo Soberano

A proposta do modelo do FS do BM define que nos primeiros 20 anos, 50% do valor será canalizado para FS e 50% para Orçamento do Estado (OE) e, a partir do 21º ano, 80% do valor será canalizado ao FS e 20% para o OE⁷. Para o Coordenador da Rede Temática Provincial da Indústria Extractiva em Inhambane, a proposta não define, com clareza, as áreas prioritárias para a aplicação dos fundos. Ainda assim, ele acredita que a sociedade civil tem uma oportunidade para discutir a melhor forma de aplicação das receitas de exploração de hidrocarbonetos. “Devemos aprender com os erros de outros países e fazer com que a indústria extractiva seja uma mais-valia e produza riqueza que todos nós almejamos. Portanto, depende da forma como o Estado vai se abrir para debater este assunto”, sentenciou.

Rosa Mondlane disse que, ao contrário de outros países, o FS é proposto num contexto atípico em que Moçambique possui um défice muito elevado do Orçamento de Estado. Além disso, lembra que o País tem um problema sério de infra-estruturas, pelo que “é necessário que o fundo crie um plano de investimento em infra-estruturas por forma a melhorar as condições de vida dos moçambicanos. “O fundo deve estar inserido num documento macro de propostas de investimento e desenvolvimento económico do País. Não se deve esperar que apareça o dinheiro para depois se pensar em investir, uma vez que nós já conhecemos os sectores prioritários do nosso país”. A jovem

defende a adopção de boas práticas internacionais de gestão e governação de receitas públicas e lembra que a experiência moçambicana em relação à gestão de dinheiro público é problemática: “É só olhar para as dívidas ocultas e a forma como é gerido o dinheiro dos trabalhadores pelo INSS”, sublinhou.

Para a jovem economista, a existência do FS deve servir para reduzir a dependência do Orçamento de Estado de recursos externos, aliviar o Estado por forma a que o mesmo possa prover mais bens e serviços de qualidade para os cidadãos. “A gestão do Fundo Soberano deve ser inclusivo e envolver a sociedade civil para garantir a melhor utilização das receitas”.

Quem também defende o envolvimento da sociedade civil na gestão do FS é o jovem Stiven Ferrão: “Por exemplo, no que se refere aos gestores internos e externos que integram a estrutura de gestão do fundo, pode-se incluir a sociedade civil na contratação destes gestores. Se não tivermos gestores internos e externos que nos assegurem que farão um trabalho efectivo e claro, não vai acontecer nada de especial. Por isso, devemos conhecer quem serão estes gestores e assegurar que os mesmos sejam competentes e façam o trabalho que se espera deles”, referiu.

Por seu turno, Dimas Sinóia, defende que o sucesso do FS depende, essencialmente, dos investimentos que serão feitos com as suas receitas e lembrou o caso do FS de Angola⁸ que foi um desastre devido à má alocação

6 <https://www.africa-confidential.com/home/issue/id/1142>

7 https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2020/10/pt_762_proposta-de-modelo-de-fundo-soberano_versao-final.pdf

8 <https://media.africaportal.org/documents/Occasional-Paper-304-markowitz.pdf>

de investimento das suas receitas. “Está claro que o Ministério da Economia e Finanças é que vai elaborar a política de investimentos e a sua orientação estratégica, e o Banco de Moçambique será o gestor operacional que vai implementar tal política. Mas a proposta não avança os procedimentos através dos quais serão feitos os investimentos”. Sinóia sugere que, antes de se passar para o BM, deve existir um grupo independente responsável pela selecção de projectos. Deve-se fortalecer o nível de transparência e democracia na gestão do

fundo”, disse.

Para concluir, os painelistas concordaram que o facto de o governo Moçambicano⁹ tornar este processo da criação do Fundo Soberano aberto já é um passo positivo. Contudo, esperam que haja uma boa gestão das receitas dos recursos naturais, que seja transparente e não coloque a economia “de pernas para o ar”, como é o caso da famosa doença holandesa¹⁰, que poderá levar o país a uma situação de depreciação da moeda¹¹ e aumento de desemprego, especialmente para os jovens.

9 <https://www.jornalxopela.com/2019/04/fundo-soberano-devera-funcionar-de-forma-independente-filipe-nyusi/>

10 Doença holandesa (Dutch Disease) é um termo económico que relaciona o declínio da produção manufactureira com a exportação de recursos naturais.

Segundo ela, a existência de recursos naturais abundantes em um país tenderia a atrapalhar, de certa forma, o seu desenvolvimento económico. Isso ocorre porque o país passaria a se concentrar excessivamente em produzir tais bens, barrando a industrialização ou promovendo a desindustrialização – afetando assim a diversificação da atividade económica no local.

11 <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/doenca-holandesa/>

CDD
YOUTH ONLINE TV

JOVENS EM ACÇÃO

QUARTA-FEIRA (28.10.2020)
18:00
LIVE
CDD_Moz
CDD_Juventude
CDD_YouthOnlineTV

TEMA:
PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA MELHORIA DO MODELO DO FUNDO SOBERANO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/82594666382>
ZOOM ID: 825 9466 6382 Chave: acesso livre

CONVIDADOS

JANATO JANATO
Apresentador

ROSA MONDLANE
Economista da Associação de Jovens Economistas de Moçambique (AJECOM)

STIVEN FERRÃO
Activista da AAJC e da Plataforma da Indústria Extractiva (PIE)

CREMILDO ARMANDO
Coordenador da Rede Temática Provincial da Indústria Extractiva de Inhambane

DIMAS SINOIA
Presidente do NEFE-UEM e Assistente de Pesquisa no CDD




CDD Juventude



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Janato Janato e Dimas Sinóia.
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

